JORNAL DO BRASIL

Segunda-feira, 16 de julho de 2018 Fundado em 1891

País

09/07 às 16h19 - Atualizada em 09/07 às 16h24

Projeto de lei sobre proteção de dados pode ir a plenário do Senado

Jornal do Brasil

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional sobre matérias relacionadas ao tema, discutiu segunda-feira (9) o Projeto de Lei da Câmara 53, que disciplina a proteção dos dados pessoais e a exploração destes por empresas e pelo poder público. O colegiado decidiu se abster e não abrir um processo de análise sobre a matéria.

Com isso, o PLC pode ser apreciado no plenário do Senado. O texto, aprovado na Câmara em maio, disciplina a forma como as informações são coletadas e tratadas, especialmente em meios digitais, como dados pessoais de cadastro ou até mesmo textos e fotos publicadas em redes sociais. A proposta foi mantida na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mantendo o conteúdo da Câmara e indicando regime de urgência para votação na casa. A urgência foi apresentada em plenário, mas não chegou a ser apreciada

Cronograma apertado

A tensão sobre o PLC no Conselho estava relacionada ao cronograma apertado do Senado, que fará suas últimas sessões nesta semana antes do recesso de meio de ano. Caso o colegiado resolvesse escolher um relator e iniciar uma análise, dificultaria uma possível aprovação do projeto antes do recesso. Frente a esse prazo exíguo, a maioria dos integrantes optou por não se manifestar sobre o projeto.

“Considerando o fato de que já foi aprovado na CAE, que o requerimento de urgência já está encaminhado e que o Conselho recebeu manifestações pela aprovação amparado por entidades representativas da nossa sociedade, entendo que o conselho não deveria se manifestar sobre o tema”, defendeu o presidente do órgão, Murillo de Aragão.

“O texto construído pelo deputado Orlando Silva [PCdoB-SP, relator do PL na Câmara] ficou redondo e conseguiu consenso e oposição, governo e situação na hora de votação. Não é o texto ideal, mas como não cabe agora uma discussão prolongada a respeito do tema, que o Conselho ratifique o manifesto”, pontuou o conselheiro João Camilo Júnior.

Apoio e divergências

O PLC tem apoio de entidades diversas, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), a Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) e a Coalizão Direitos na Rede, que reúne entidades de defesa de direitos dos usuários de internet. Mas encontra resistência em organizações do ramo financeiro, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional de Seguradoras.

Agência Brasil

Compartilhe: Recomendar 0 Compartilhar Compartilhar Tweetar G+